

AMÉRICA LATINA E MODERNIDADE

JOÃO VICENTE GANZAROLLI DE OLIVEIRA
Escola de Belas Artes da UFRJ

SUMARIO:

Este artículo se propone exponer y analizar la relación entre Latinoamérica y la Modernidad. Dedicaremos especial atención al fenómeno de la exclusión, destacando cuestiones de orden histórica, antropológica y lingüística. Además de la pesquisa bibliográfica, los datos recogidos para la elaboración de estas líneas son resultado de la experiencia personal del autor durante un viaje de doce meses a través del continente latinoamericano.

"Atravessando os mares na direção oeste, navegadores, colonos e imigrantes mantiveram sempre no coração os sonhos de espaço, de melhores condições de vida e de refúgios impregnados de utopia. Desde a 'descoberta', a América Latina esteve revestida por milhares de formas de desejo e de sintomas das frustrações ressentidas na Europa" (Leenhardt et alli, 1992: 111).

Marcada essencialmente pela autonomia entre os setores da razão e da fé, a Modernidade tem seus preâmbulos na Baixa Idade Média. Averróis, Heloísa e Berengário de Tours são os precursores no processo de transmissão das idéias que, no século XIV, dão origem ao voluntarismo de Duns Scoto e ao nominalismo de Guilherme de Ockhan. Mas é na Renascença e no período subsequente que essa nova etapa da história ocidental atinge o estágio de plena maturação com a Reforma e a Contra-Reforma; a astronomia heliocêntrica de Copérnico, Kepler e Galileu; o platonismo de Ficino; o aristotelismo de Pompanazzi; o naturalismo de Bruno; o empirismo de Bacon e o racionalismo cartesiano (Silveira da Costa, 1994). Diretamente vinculadas entre si, tais inovações convivem com um fenômeno histórico sem precedentes: a Descoberta da América.

As Nações Unidas consideram pertencentes à América Latina os seguintes países: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Completando o conjunto, incluem-se as ilhas do Caribe: Anguila, Antigua y Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba (Holanda), Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Guadalupe, Haiti, Jamaica, Ilhas Turcos y Caicos, Ilhas Caimán, Ilhas Virgens (EUA), Ilhas Virgens (Grã Bretanha), Martinica (França), Montserrat, Puerto Rico (Estado dos EUA), República Dominicana, Santa Lucía, San Vicente y las Granadinas, Trinidad y Tobago.

É impreciso chamar *latino* a um continente que, além dos povos falantes de línguas derivadas do idioma de Virgílio (o espanhol, o português e o francês), também congrega os que falam inglês e holandês. Isso sem falar nos primitivos habitantes das terras que passariam a ser a quarta parte do mundo conhecido, com suas línguas e costumes ignorados ou excluídos pelos horizontes estreitos da perspectiva colonizatória. Não menos impróprio é denominá-los *índios*, o que decorre do fato de os primeiros exploradores europeus, uma vez em solo americano, julgarem ter atingido uma parte da Ásia. Não obstante, é com a terminologia atual que precisamos lidar, por mais imprópria e até contraditória que ela se revele.

A expressão *América Latina* nasce no próprio continente entre os anos de 1847 e 1856 como porta-voz do sentimento naci-

onalista ocasionado pela agressão dos vizinhos do norte, de origem saxônica, que acabariam por se apoderar de mais da metade do território mexicano e fixar bases estratégicas em terras da Nicarágua e da Costa Rica. Durante a década de 1860, a França vincularia a mesma expressão ao projeto de legitimar suas aspirações políticas no Novo Mundo, em oposição ao imperialismo crescente dos E.U.A.

Segundo Arturo Uslar Pietri, o contato entre o Velho e o Novo Mundo daria origem ao maior choque cultural de toda a história:

“Não tinha havido na história conhecida situação semelhante: culturas muito definidas, que nunca antes haviam tido contato direto entre si, entraram subitamente em um encontro abrupto e total. Algo sabiam os europeus sobre os negros, pouquíssimo sabiam os negros acerca dos europeus, e nenhum dos dois grupos sabia algo dos índios, e nada sabiam os índios tanto de uns quanto de outros” (Uslar Pietri, 1992: 12).

A plenificação da Era Moderna coincide com o aparecimento, até então inédito para os europeus, de sociedades multiformes quanto às culturas e às etnias, em que a diferença era reconhecida como tal (Bernard, 1993).

Fillando-se essencialmente ao conceito de *Ibero América* (conjunto exclusivo de países colonizados por Portugal e Espanha, o que exclui as Guianas, por exemplo), Carlos Fuentes acredita na existência de uma continuidade cultural específica, criada pela população mestiça:

“A memória de pedra de Chichén Itzá e de Machupicchu, o sonho barroco de Oaxaca e de Minas Gerais, a incorporação do mundo aborígene ao mundo cristão em Tonantzintla

de Puebla ou em San Lorenzo de Potosí, a atual presença das formas indígenas em Rufino Tamayo ou das formas africanas em Wilfredo Lam, a continuidade dos antigos laços coletivos na direita agrária, (...) a continuidade dos mitos indígenas em Astúrias, dos mitos judeus e muçulmanos em Borges ou dos mitos renascentistas em Carpentier. Do Inca Garcilaso a Pablo Neruda, de Machado de Assis a García Márquez, de Aleijadinho a Julio Cortázar, os ibero-americanos foram capazes de criar uma cultura fluida, permanente e durável na qual cada um de nós pode reconhecer a si e também aos outros (...). Todos nós participamos plenamente dos diversos aspectos desse patrimônio policultural e multi-racial" (Carlos Fuentes, apud Figueroa - Yañes, 1993: 51-52).

Hernán Neira, que expande o espaço amostral a todo o continente, chega a uma conclusão contrastante em relação à anterior:

"A América Latina não é una. A mestiçagem não se aplica cultural ou biologicamente da mesma forma no México, no Chile e no Uruguai, sem esquecer o Quebec (...). A América Latina, pela sua diversidade cultural, por suas diferenças geográficas e pela multiplicidade de origens que nela coexistem (às vezes de forma bastante conflituosa) é irreduzível a uma unidade conceitual, ainda que valha apenas como referência lexicográfica (...). Isso se reflete na análise das posições eventualmente contraditórias sustentadas pelos próprios latino-americanos por ocasião do V Centenário. Uns 'celebram' a descoberta e a evangelização da América, enquanto outros 'comemoram' o encontro dos dois mundos (...). Paralelamente, um terceiro grupo considera, por oposições radicais, que a palavra 'encontro' é um eufemismo neocolonizatório destinado a encobrir um simples genocídio" (H. Neira, apud Figueroa - Yañes, 1993: 51-52).

Ainda está longe do denominador comum a polêmica sobre a identidade

cultural latino-americana. É desnecessário multiplicarmos a lista de argumentos pró e contra a existência dessa identidade. Vale a pena, porém, que nos detenhamos inicialmente em um dos aspectos pertinentes à mesma controvérsia. Esse aspecto se refere à linguagem. Em contraponto com o panorama intensamente diversificado que caracteriza as múltiplas faces da cultura do Novo Mundo, fala-se com frequência da homogeneidade que se verifica no plano lingüístico. De fato, isso é verdade sobretudo se pensarmos na *América Espanhola*, pois, independentemente das variantes dialetais, a língua de Castela é soberana nas terras descobertas por Colombo. É pouco provável que Nebrija tivesse consciência da amplitude histórica contida em sua frase célebre: "A língua é companheira do império".

Andrés Bello vê na exportação para o Novo Mundo da gramática criada por Nebrija um expediente admirável, que teria impedido que acontecesse com o idioma castelhano um processo de desagregação semelhante ao sofrido pelo latim, a partir das invasões bárbaras (Uslar Pietri, 1993: 465). Também podemos mencionar a homogeneidade alcançada pelo português ao longo do território brasileiro. Tais fatos se tornam ainda mais surpreendentes quando pensamos nas vastíssimas extensões de terra em que foi possível obter a aceitação do mesmo idioma, em contraposição à própria conjuntura vigente na Europa, onde países quase sempre muito menores são habitados por povos que se digladiam por causa da hegemonia idiomática.

O problema da comunicação com o *outro*, recorrente a cada vez que o assunto inclui a América Latina, faz pensar em uma passagem da Cidade de Deus, obra em que Sto. Agostinho (354 - 430) descreve a situação do mundo antigo às vésperas da Idade Média:

“Temos inicialmente a diversidade das línguas como causa do distanciamento entre os homens. Suponhamos o encontro de dois homens que, por algum motivo, devem permanecer juntos, embora falem línguas distintas e um não possa compreender o que o outro diz. Seria mais fácil a convivência entre dois animais – mudos como são e mesmo pertencendo a espécies diferentes – do que entre esses dois homens. Quando não podem comunicar seus sentimentos entre si, por causa da diversidade lingüística, de nada serve à socialização o fato de serem tão semelhantes por natureza. Isso chega ao ponto de fazer com que o homem se sinta mais à vontade com o seu cão do que com o estrangeiro” (Sto. Agostinho, 1958).

Presume-se que Cristóvão Colombo tenha sido o primeiro europeu a se conscientizar dos limites da sua própria linguagem para compreender e descrever o que estava à sua volta nas novas terras. Era preciso adaptar a língua de Castela às particularidades lingüísticas dos povos ameríndios. Exemplifiquemos: assumindo a ineficácia do termo Ibérico *almadía* (que, aliás, é um empréstimo do árabe *al-ma'adia* = embarcação estreita e comprida, comum nas águas do Golfo Pérsico e do Mar de Omã) para traduzir o que os nativos chamavam de *canoas*, o Almirante passa a adotar esse mesmo termo em seu Diário, inaugurando assim uma série extensíssima de incorporações lexicais (Arrom, 1991: 118).

Mas a influência exercida pelo homem americano sobre o europeu não se limita à esfera lingüística. O continente recém-descoberto contribui de forma decisiva para o avanço da ciência moderna. Isso é nítido, por exemplo, na cartografia: estimulados pelo surgimento de novas e imensas extensões de terra, os cartógrafos da época desenham seus mapas na mesma proporção em que ocorrem as descobertas. Os mapas medievais, orientados pelo simbolismo judaico-cristão, evocavam uma realidade muito mais religiosa do que geográfica: como ressonância do dogma da Santíssima Trindade, o mundo - com o centro geometricamente situado em Jerusalém - se dividiria em três partes (Europa, Ásia e África) e estaria habitado por três raças, descendentes dos três filhos de Noé (Jafet, Sem e Cam). Já os mapas da Modernidade voltam-se para a representação objetiva do cosmos, graças, em grande parte, ao sistema de latitudes e longitudes da *Geografia* de Ptolomeu, divulgada na Europa ocidental a partir do século XV.

Destaca-se também o papel desempenhado por alimentos, plantas e grãos originários da flora latino-americana na agricultura e na medicina do Velho Continente. Na cidade de Lima, o *Museo de la Nación* dedica uma legenda ilustrativa à batata - tubérculo oriundo das montanhas da Araucânia e que constituía um dos principais nutrientes para os habitantes do Império Inca:

“A batata salvou a Europa de uma das piores fomes da história... é uma das contribuições do Peru à humanidade. Uma dívida que o mundo tem

para com o Peru... dívida que jamais foi avaliada e nem saldada" (Leenhardt et ali, 1992: 23).

Mas as relações entre conquistadores e conquistados jamais se detiveram no plano da objetividade. Incas e astecas chegaram a crer que os espanhóis eram deuses; para os ibéricos, as novas terras que se interpunham entre a Europa e a Ásia traziam confirmações de mitos e lendas acumulados durante a Antiguidade e a Idade Média. Chegando às Antilhas, Colombo, seguro de ter alcançado o extremo oriental do reino do Grande Khan, esperava deparar com o repertório de seres exóticos descrito na obra de *Sir John de Mandeville*.

O Almirante conta em seu *Diário* ter visto coisas que pareciam estar encantadas, de modo que

"mil línguas não seriam suficientes para expressá-las e nem a mão que escreve poderia desenhá-las com a devida fidelidade" (Todorov, 1982: 103).

Confundindo templos com mesquitas e pensando que os nativos falavam árabe, os espanhóis mostram-se incapazes de discernir entre o real e o imaginário, face à magnificência dos impérios encontrados.

Ocorrem atitudes análogas da parte dos portugueses que seguem navegando rumo ao oeste, depois que Portugal já havia ocupado a costa africana, as ilhas de Cabo Verde, São Tomé, Príncipe e Canárias. Os lusitanos buscavam o lendário reino do Preste João, que, segundo afirmavam os medievais, seria um poderoso baluarte cristão rodeado por territórios onde viviam infiéis a serem convertidos. Confiavam ainda na possibilidade de alcançar a

não menos fantasiosa *Ilha do Brasil*. Na imaginação portuguesa, a existência das terras brasileiras precede a viagem de Cabral. Conforme a tradição que passa a figurar nos mapas do século XIV, a referida ilha estaria nos confins do mundo até então conhecido, possivelmente a oeste ou ao sul da Irlanda (Weckmann, 1993: 29-30).

De procedência celta, o nome *brasil* evoca especulações diversas acerca do seu sentido inicial. É provável que derive da antiga palavra irlandesa *bres* (nobre, afortunado, feliz, encantador). A julgar pelo modo como "Brasil" era escrito primeiramente (*Ho Brasile, O'Brasil, Hy Brasll ou Bresall*), especialistas como Nansen e Westropp crêem que o nome significava "Terra dos afortunados"; para Vigneras, a interpretação correta seria "Ilha da felicidade"; levando em conta a viagem atribuída a São Brendano, Peloso traduz como "Ilha dos santos", Christie como "Ilha dos bem-aventurados" e Barroso como "Terra prometida" (Weckmann, 1993: 31 e 289-290). Ainda com referência ao século XIV, diz Weckmann,

"a Ilha Brasil, onde quer que se achasse (efetivamente em lugar nenhum), tornou-se famosa devido à suposta presença de uma madeira fina e produtora da tinta que, por extensão do nome, embora não de forma imediata, foi chamada pau-brasil. Por conseguinte, o nome do mais extenso país sul-americano e do seu principal produto no começo do século XVI, o pau-brasil, descendem da denominação da ilha fabulosa (...)" (weckmann, 1993: 29).

Cientes da forma esférica da Terra, mas atribuindo-lhe um diâmetro menor do que o real, sábios da Antiguidade estimulavam o intercâmbio entre as extremida-

des ocidental e oriental do mundo através das águas do Atlântico. Atentemos para as palavras de Sêneca (1929):

“Qual é, com efeito, a distância das margens do litoral hispânico até a Índia? Um espaço a ser percorrido em poucos dias, se a travessia for feita com vento favorável”.

Ignorava-se a existência da América. Daí decorrem as dificuldades iniciais enfrentadas por navegantes e geógrafos da Era Moderna para aceitar o fato de que as terras alcançadas eram uma *quarta pars* do mundo - como dizia Américo Vespúcio, o cosmógrafo e explorador italiano ao qual nosso continente deve o nome definitivo - e não uma península da Ásia mongólica. Mas não devemos encarar de modo unilateral esse desconhecimento da parte dos europeus. Além da presença brasileira na geografia imaginária dos portugueses no período anterior a 1500, convém notar:

“Antes de ser descoberta, a América já era pressentida nos sonhos da poesia e nas pesquisas da ciência. A necessidade de completar a figura geográfica, respondia a necessidade de completar a figura política da terra. O rei da fábula possuía a moeda partida: faltava-lhe o outro fragmento para decifrar a lenda concernente ao seu destino. Ora se falava, como na Atlântida de Platão, de um continente desaparecido no vórtice dos oceanos; ora de um continente por aparecer além dos horizontes marinhos, tendo como exemplo a última Tule de Sêneca. Antes de se deixar sentir por sua presença, a América se deixava sentir pela sua ausência. Na linguagem da filosofia pré-socrática, digamos que o mundo sem a América era um caso de desequilíbrio entre os elementos, de *hybris*, de injustiça. A América durante algum tempo parecia fugir diante da quilha dos exploradores deslumbrados” (Reyes, 1993: 253).

Das poucas sociedades autóctones que conheciam a escrita, destacavam-se os *nahuas*, antigos habitantes do centro do México. Serviam-se de três sistemas distintos para a comunicação através de signos lingüísticos: *pictogramas* de caráter denotativo, destinados a representar objetos e ações; *ideogramas* conotativos, responsáveis pela evocação das qualidades da coisa figurada (um olho poderia equivaler à visão no seu sentido mais amplo e assim por diante); *sinais fonéticos* em número reduzido, unicamente silábicos e utilizados na antroponímia, na toponímia e na cronologia (Gruzinski, 1991: 20).

O contato com os nativos do Novo Mundo suscitava um questionamento até então inusitado para os europeus: *como incluir esse outro tipo de homem no âmbito de interesses e atuação da ciência moderna, classificatória por natureza?* Legitimado ao longo dos séculos pela linguagem escrita, o modelo historiográfico europeu não pode assimilar de imediato aquelas culturas cuja vivência tinha fundamentos históricos na oralidade.

A exclusão tornou-se o parâmetro predominante com o qual a historiografia da Modernidade avaliou a América Latina. Com a destruição de quase todos os registros anteriores à Conquista, relegava-se ao esquecimento a identidade cultural dos povos autóctones, justificando com isso o seu afastamento relativo à história ocidental.

Em 1764, a influência de Rousseau e dos relatos de missionários jesuítas no Canadá levaram Kant a afirmar que o *bom selvagem* era “um ser simples e honrado,

amante da liberdade como os espartanos". Segundo o sábio da pequenina cidade prussiana de Königsberg, faltava apenas o nome grego ao cacique *Attakakullakulla* para ter o mesmo valor que Jasão. No ano seguinte, porém, já movido pela leitura de De Pauw, o mesmo autor muda de diapasão: o índio, dessa vez, é tido como "decadente, imperfeito e insensível" (apud Ortega y Medina, 1967: 3). Seguindo a mesma linha de pensamento, Goethe e Hegel excluem o continente americano das suas especulações acerca da história.

Cabe aqui uma ressalva: o não-reconhecimento da historicidade latino-americana - e conseqüentemente da sua identidade cultural - se verifica também entre os próprios nativos do continente. O fascínio pelos valores estrangeiros e a recusa pelos valores da própria terra é um fenômeno que se inicia com a Conquista e se estende à contemporaneidade. Os mexicanos o denominam *malinchismo*, tomando como referência a índia Malinche, intérprete e amante de Cortês - aliada sem a qual o império asteca dificilmente teria sido conquistado pelos espanhóis. Em um contexto mais recente, destacaremos um caso corriqueiro nos vilarejos remotos onde vivem os garífunas, esse povo de origem africana e indígena, que habita trechos das costas do Caribe, de Honduras, da Nicarágua, do Belize e da Guatemala. A penetração da *media* norte-americana e de indústrias multinacionais como a Coca-Cola e a Pepsi levou os moradores a quererem estar sempre em dia com a cultura de massa, esquecendo-se de suas práticas tradicionais e negligenciando reivindicações básicas

como a presença de água encanada e assistência médica. Satisfeitos com os seus jeans de segunda-mão e orgulhosos por saberem cantarolar os últimos sucessos musicais transmitidos pelas rádios dos E.U.A., os jovens garífunas exibem cortes de cabelo nada ortodoxos se comparados com os das gerações anteriores. Assim eles explicam: "É a última moda em Nova York; a televisão mostrou."

Os povos ameríndios estavam longe de desfrutar do mesmo nível cultural quando da chegada das caravelas: enquanto os habitantes do Brasil viviam em comunidades tribais (lembrando que, em certas áreas do território brasileiro, algumas resistem ainda hoje praticamente intactas em relação à cultura ocidental), o mundo andino e o mexicano já haviam atingido o apogeu da sofisticação. A ciência cultivada por esse amálgama de civilizações milenares não raro se achava em estado de equivalência ou até de superioridade frente à do colonizador.

Sobressai aqui um fator importante: para o estudo de algumas culturas pré-colombianas, revelam-se inválidos os critérios tradicionalmente empregados pela arqueologia (exagerando o papel da escrita, da metalurgia e da arquitetura monumental) para que uma sociedade se enquadre nos limites do conceito de *civilização*. A essência civilizatória, esclarece Edward Lanning, deve ser buscada no modo como uma sociedade se organiza e não em suas realizações de ordem material. De acordo com esse antropólogo, todas as civilizações, sejam elas antigas ou modernas e não importando a região da Terra em que se te-

nham desenvolvido, apresentam as seguintes características em comum: subsistência baseada na agricultura; população relativamente grande; sistema eficaz de distribuição de alimentos, matérias-primas e bens luxuosos ao longo de áreas extensas; tipos variados de assentamento populacional, incluindo cidades ou centros cerimoniais como ponto de convergência da organização sócio-política; estruturas estatais exercendo controle sobre o modo de vida da população; estratificação social acentuada; alta especialização ocupacional, de tal maneira que apenas uma parcela dos membros da comunidade se dedique à produção de alimentos, enquanto os restantes se dividem entre o artesanato, a administração, o mercado etc (Lanning, 1967: 3).

Quanto à origem dos ameríndios, os europeus que começaram a tratar do assunto - entre os quais se inclui Bartolomeu de Las Casas, o primeiro padre a ser ordenado na América - acreditavam que os nativos descendessem das dez tribos de Israel, dispersas após a invasão assíria ocorrida no século VIII a. C. Embora careça de bases científicas, tal crença encontra adeptos na atualidade, como é o caso da congregação Mórmon, cujo fundador, Joseph Smith (1805-1844), supunha ter encontrado "semelhanças lingüísticas e culturais entre os índios americanos e o povo hebreu" (Berdichewski, 1992: 44).

Além da hipótese do autoctonismo (hoje descartada), que teve seu defensor mais ilustre em finais do século passado na

figura de Florentino Ameghino, também já foi cogitado que a vinda de egípcios, fenícios ou até mesmo de navegadores da Atlântida (!) explicaria a presença humana no quarto continente. Mas as evidências apontam que, antes da Era Moderna, os barcos do Velho Mundo não chegaram até o Novo pelas águas do Atlântico - trata-se de um feito isolado a excursão *viking* à Groenlândia e ao litoral canadense na idade média. Em contrapartida, pelo Pacífico, o continente americano foi muitas vezes visitado por povos oriundos da Ásia oriental ou das muitas terras insulares. Especializado no tema, Paul Rivet (1992: 111) reuniu farto material de ordem antropológica, etnográfica e lingüística, simpatizando inclusive com a possibilidade de intercâmbio cultural dos yaganes da Terra do Fogo com os esquimós.

Ainda que muitas das idéias de Rivet tenham sido comprovadas, tudo indica que o povoamento do continente não tenha sua origem na navegação através do Oceano Pacífico, dado o caráter relativamente jovem dos achados arqueológicos. A hipótese mais plausível afirma que os primeiros americanos seriam de raça mongólica e teriam vindo da Ásia há cerca de 40 mil anos, atravessando a pé o estreito de Behring, que, nessa época, era uma faixa contínua de terra. Seus adeptos crêem que, partindo do Alasca na direção meridional, somente por volta do oitavo milênio anterior à era cristã o processo de povoamento teria atingido o seu limite máximo, a Terra do Fogo.

A população americana antes da Era Moderna, estimada em um mínimo de 35 milhões e um máximo de 80 milhões de habitantes, pereceu em sua grande maioria como decorrência da vinda dos europeus. O confronto bélico com os conquistadores teria ocasionado um número relativamente pequeno de vítimas entre os indígenas; um contingente maior não suportou os maus tratos a que foram submetidos; a maior parte morreu por causa de doenças européias para as quais não possuíam anticorpos (e.g., a varíola), e ainda devido à sua incapacidade de adaptação aos novos hábitos que lhes eram impostos.

A Terra do Fogo, última fração do continente a ser ocupada pelo homem, foi também o marco derradeiro da colonização européia. Após 1520, época da expedição liderada por Fernão de Magalhães, aconteceram encontros esporádicos (geralmente conflituosos) entre aqueles habitantes da zona mais austral do planeta e europeus de diversas nacionalidades. A partir da segunda metade do século XIX, a intensificação dos contatos teria efeitos desastrosos para a população autóctone. Forçados a lidar com alimentos, moradias e vestuários avessos às suas práticas tradicionais, os indígenas foram rapidamente se extinguindo. Com relação ao uso das roupas ocidentais, Mariano Beascochea faz referência a um caso (anedótico ou real?) que ilustra bem o fenômeno da *exclusão* vivida pela população foguina face ao *moderno*:

"Ficke nos disse que, certa vez, em pleno inverno (...) encontrou um índio nu catando mexilhões na praia. Compadecido, deu-lhe uma calça para que cobrisse as pernas; mas tendo visto que o indígena se preparava para utilizá-la como bolsa para guardar o marisco encontrado, prendeu-o e tentou obrigá-lo a dar às calças o seu devido destino (...). Diante dessa insistência, o índio lhe perguntou:

- O Sr. tem frio cara?

-Não! - respondeu-lhe o subprefeito.

- Eu, todo cara. - disse-lhe o índio e, nu, continuou a sua tarefa" (apud Borrero, 1991: 101).

Saindo da região austral do continente e indo para a setentrional, falemos de Antonin Artaud. É bastante significativa a sua estada, no final da década de 30, em terras mexicanas. Desiludido com o racionalismo da Europa, Artaud buscava manifestações artísticas de caráter não conceitual: "Vim ao México em busca da arte indígena e não de uma imitação da arte européia", diz em um artigo no qual elogia a pintura de Maria Izquierdo (Artaud, 1992: 202). Isso ele encontra principalmente junto aos índios *tarahumaras*, oriundos da região de Chihuahua e famosos pelos seus rituais mágicos, que incluem corridas de longa distância (300 quilômetros para os homens e 100 quilômetros para as mulheres) e experiências alucinógenas à base de peyotl⁽¹⁾. Artaud, que considerava os *tarahumaras* descendentes diretos dos povos da Atlântida (Artaud, 1992: 280), não percebeu de imediato que o México era incapaz de corresponder integralmente aos seus anseios, pois a Revolução Mexicana

1 - Consta que, convidados a disputar a maratona olímpica, os *tarahumaras* perderam o interesse ao saber que a distância era tão curta... (cf. *Le guide du routard* (1995) Paris: Hachette, p. 243.

havia trazido ao país as mesmas feições europeias que ele desejava evitar.

Partiu do geógrafo libertário Élisée Reclus (1830 - 1905) a iniciativa de incluir estudiosos latino-americanos na criação de linhas de pesquisa especificamente voltadas para a compreensão das sociedades do Novo Mundo. Já no início da década de vinte, a América do Sul se vê privilegiada pelos historiadores da *École des Annales* como campo especialmente fértil para o estudos efetuados pela nova história.

A América Latina é hoje uma realidade incontestável. Buscar a identidade latino-americana não implica necessariamente a recriação das circunstâncias existentes no período anterior à Era Moderna - o que, aliás, seria impraticável. Para enxergarmos a riqueza originária da nossa cultura, precisamos insistir no reconhecimento das influências mútuas entre o Velho Mundo e o Novo.

Isso não traz uma dimensão histórica definitiva para os múltiplos povos e etnias do continente. É, todavia, uma etapa necessária. Ainda que a América Latina já esteja incluída no âmbito da Pós-Modernidade, o México ainda não se reduziu aos balneários turísticos de Cancun e Acapulco, assim como o Brasil continua sendo algo mais do que o grande produtor mundial de telenovelas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

134 ARTAUD, Antonin. (1992) *México y Viaje al País de los Tarahumaras*. Ciudad de

- México: Fondo de Cultura Económica.
- BERDICHEWSKI, Bernardo. (1992) *En Torno a los Orígenes del Hombre Americano*, 5^ª ed., Santiago: Editorial Universitaria.
- BERNARD, Carmen. (1993) *Altérités et métissages hispano-américains*. IN: Christian Descamps (Org.) *Amériques Latines: une altérité*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- BORRERO, Luis Alberto. (1991) *Los Selk'nam (Onas) - Su Evolución Cultural*. Buenos Aires: Búsqueda - Yuchán.
- ARROM, José. (1991) *El Caribe en vísperas del V Centenario*. IN: Leopoldo Zea (Org.) *El Descubrimiento de América y su Impacto en la historia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- SILVEIRA DA COSTA, José. (1994) *Antecedentes medievais da Modernidade*. *Tempo Brasileiro*, 118/119.
- FIGUEROA-YAÑEZ, Gonzalo (1993) *Amérique Latine: Métissage et Identité Culturelle*. IN: Christian Descamps. (Org.) *(Amériques Latines: une altérité)*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- GRUZINSKI, Serge. (1991) *La Colonización de lo Imaginario (sociedades indígenas y occidentalización en el México español - siglos XVI a XVIII)*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- LANNING, Edward. (1967) *Peru before the Incas*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- LEENHARDT, Jacques (et alli). (1992) *Les Amériques Latines en France*. Paris: Gallimard.
- ORTEGAY MEDINA, Juan. (1991) *La novedad americana en el Viejo Mundo*. IN: Leopoldo Zea (Org.) *El descubrimiento*

- de América y su Impacto en la História*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- REYES, Alfonso. (1993) El destino de América. IN: Leopoldo Zea (Org.) *Fuentes de la Cultura Latino-Americana*, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- RIVET, Paul. (1992) *Los Orígenes del Hombre Americano*, 2ª ed., Santiago: Fondo de Cultura Económica.
- SANTO AGOSTINHO (1958) *La Ciudad de Dios* (texto latino e tradução espanhola de José Moran), Madrid: B.A.C., XIX, 7
- SÊNECA (Lucius Anneus Seneca) (1929) *Questions naturelles* (texto latino e tradução francesa de Paul Oltremare). Paris: Les Belles Lettres, I, 1, 13.
- TODOROV, Tzvetan. (1982) *La Conquête de l'Amérique (la question de l'autre)*. Paris: Ed. du Seuil.
- USLAR PIETRI, Arturo (1992) *La Creación del Nuevo Mundo*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- USLAR PIETRI, Arturo. (1993) Andrés Bello, el desterrado. IN: Leopoldo Zea (Org.) *Fuentes de la Cultura Latinoameiricana*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- WECKMANN, Luis. (1993) *La Herencia Medieval del Brasil*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.